

### **ATA NÚMERO 188/XII (3.ª)**

Aos três dias do mês de setembro de 2014, pelas 10 horas e 40 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 1, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**10:30 horas:**

Audição de Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, membro indigitado para o Conselho Geral Independente (CGI) da Rádio e Televisão de Portugal, SA.

**12:00 horas:**

- 1 — Audição de Manuel Joaquim da Silva Pinto, membro indigitado para o Conselho Geral Independente (CGI) da Rádio e Televisão de Portugal, SA;
- 2 — Designação de dois representantes da 12.ª Comissão para participar nos trabalhos de um painel do Fórum da Juventude Europa-Lusofonia;
- 3 — Apreciação e votação das Atas n.ºs 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185 e 186/XII (3.ª).

---

Dando início à audição, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Mendes Bota, deu a palavra a Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, membro indigitado para o Conselho Geral Independente (CGI) da Rádio e Televisão de Portugal, SA, que fez uma intervenção inicial, começando por referir não ser uma especialista em comunicação social mas, sim, em gestão e comunicação cultural, tendo trabalhado 42 anos na área da cultura, inclusive, quando presidiu ao Instituto Camões, ou esteve na Comissão de Acompanhamento da RTP2; que considera a televisão como um meio complementar de educação para a cidadania, quando prestado com boas práticas e boa gestão de recursos; que o serviço público de rádio e televisão deve reger-se por princípios éticos e normativos culturais e sociais, com reflexo na programação, nomeadamente com respeito pelas diferenças, pelas minorias e maiorias, pela diversidade cultural, pela identidade nacional, pelo pluralismo, sendo um elemento de coesão social extremamente importante; que a televisão tem de ser um espaço de discussão

livre e de debate, de promoção de conteúdos nacionais inovadores, com qualidade técnica e artística, de apoio à produção independente, aberta à mudança universal, acessível a todos os cidadãos, com o interesse geral garantido e com a participação dos cidadãos, contribuindo para uma maior democratização da sociedade e promoção da cidadania; que os conteúdos contribuem para a formação das pessoas e para o seu enriquecimento intelectual, sendo estes a essência do serviço público e que, por isso, devem refletir a diversidade no plano regional, político e sociocultural e a autonomia do mercado e do poder político; que a televisão deve ter uma oferta alternativa, como, por exemplo, programas infanto-juvenis de qualidade, documentários sobre a língua portuguesa e a sua importância económica, a nova agricultura, etc.; que deve igualmente aproximar-se das novas plataformas digitais para ir ao encontro dos mais jovens; que o museu e o arquivo da RTP têm um acervo muito importante que documenta a evolução da tecnologia da rádio e da televisão ao longo de 50 anos; que o serviço internacional é extramente importante para a imagem de Portugal e para a coesão dos expatriados, dos emigrantes de 2.<sup>a</sup> geração e dos PALOP; e que tem de ser um operador estratégico, articulando interesses políticos, económicos, sociais, culturais nacionais e internacionais com uma estratégia de emissões adequada ao mercado recetor.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Raúl de Almeida (CDS-PP), Carla Cruz (PCP), Cecília Honório (BE) e Paula Gonçalves (PSD).

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) debruçou-se sobre a desgovernamentalização da RTP, a criação do CGI e a sua independência, e o serviço público como formador cultural; disse, também, que tem de haver uma aposta forte na RTP Internacional, um dos atuais pontos fracos do serviço público, e na sua ligação à diáspora e à coesão cultural; que o CDS-PP vê a RTP Internacional como uma obrigação do Estado, mas também como um meio de promoção e de afirmação do País perante a comunidade internacional, inclusivamente perante aqueles que poderão no futuro visitar Portugal no plano turístico, cultural ou económico; que a RTP não pode ser um canal comercial concorrencial, como os já existentes, porque tem áreas de ação diferentes; que, em relação à questão da coesão territorial e cultural nacional, é de destacar o que tem sido feito em termos de consolidação e de valorização no Centro de Produção do Norte; que é necessário apostar nas plataformas digitais e num serviço público para todos, mantendo um modelo mais clássico a par de um outro mais virado para as plataformas digitais, para a evolução tecnológica e para a forma como hoje os mais novos acedem aos conteúdos e à informação.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) iniciou a sua intervenção lembrando o momento dramático que a RTP está a viver, com a precarização das relações laborais, a não modernização dos equipamentos e um plano de reestruturação que tem conduzido à destruição do serviço público; frisou que, para o Grupo Parlamentar do PCP, um dos elementos centrais para a independência do serviço público é o que se prende com o financiamento da RTP; nesse sentido, perguntou a Simoneta Luz Afonso como será possível cumprir os princípios do serviço público de televisão e de rádio com os recursos disponíveis e qual a sua opinião quanto às alterações introduzidas recentemente no contrato de concessão, designadamente em relação à diminuição muito significativa da produção própria.

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) debruçou-se sobre o subfinanciamento crónico que se vive na RTP, que compromete a qualidade do serviço público e é responsável por perdas e danos muito grandes e graves, já que a empresa tem perdido os melhores profissionais, ao mesmo tempo que tem diminuído a sua produção própria, o que compromete a qualidade do serviço público tal como o conhecemos; nesse sentido, perguntou a Simoneta Luz Afonso quais as suas expectativas em relação ao futuro da RTP, à alteração do perfil da RTP2 e à sua previsível transferência para o Centro de Produção do Norte.

A Senhora Deputada Paula Gonçalves (PSD) iniciou a sua intervenção referindo-se à criação do CGI como forma de desgovernamentalização da empresa e de salvaguarda da independência e à nova forma transparente de financiamento da RTP através da CAV; perguntou a Simoneta Luz Afonso se concorda com o projeto estratégico da empresa que está a ser desenvolvido pelo atual Conselho de Administração; quanto à promoção de Portugal no mundo, uma das grandes apostas do plano estratégico respeita à RTP Internacional e à RTP África, adequando os conteúdos de programação às comunidades a quem se dirige, tendo em atenção os horários, as novas tecnologias, o cuidado com as 2.<sup>a</sup> gerações das comunidades imigrantes, a promoção da língua portuguesa e da marca «Portugal» no mundo, perguntou igualmente de que forma é que o seu excelente *curriculum* podia trazer mais-valias nesta área.

A Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) relembrou a posição do Grupo Parlamentar do PS quanto à figura do CGI e ao financiamento da RTP; disse que com a criação do CGI podia haver uma sobreposição de competências e uma hierarquização de poderes, o que, ao contrário do que se diz, não contribui para a transparência mas, sim, para uma diluição de responsabilidades; que na RTP há uma multiplicação de órgãos que se fiscalizam uns aos outros, ficando sem se

saber quem manda no quê e como; quanto ao financiamento, lembrou a missão nacional e internacional da RTP — a RTP Internacional e a RTP África; que esta nova forma de financiamento levanta, inclusivamente, questões éticas, tendo perguntado, por exemplo, porque é que um utilizador de eletricidade em Portugal tem de pagar emissões que não vê.

Simoneta Luz Afonso respondeu individualmente a cada Grupo Parlamentar, no seguimento das respetivas intervenções, tendo dito que o seu papel no CGI será o de transmitir aquilo que a opinião pública sente e que, se o bom senso imperar, as coisas acontecerão fluidamente, sem confrontos e conflitos; que, para si, o CGI é um órgão desgovernamentalizado, tem uma importância enorme, deixando de estar dependente do Governo e de interesses económicos; que com este novo modelo de financiamento a RTP vai saber com o que pode contar no ano seguinte, o que lhe vai permitir fazer um planeamento a médio e a longo prazos, o que é extremamente importante, porque no mundo do audiovisual as coisas têm de ser programadas com um certo tempo e as pequenas e médias empresas têm de perceber que podem ter alguma segurança e que vão ter um palco muito importante na televisão.

Mais acrescentou que este modelo de financiamento, com a CAV, a publicidade, que se espera que aumente todos os anos, e com os recursos a outras formas alternativas de financiamento, é muito melhor do que estar todos os anos dependente do Orçamento do Estado; que há que saber gerir os meios de acordo com as possibilidades existentes; que a RTP Internacional e a RTP África são fundamentais para a diáspora, para os PALOP, mas também para todos aqueles que no mundo se interessam e querem conhecer melhor o nosso país (caso dos estudantes de ERASMUS); que a RTP Internacional devia bater-se por ter legendas em português, na medida em que é mais fácil para as pessoas ler do que ouvir, porque o português tem *nuances* de vários continentes; que a RTP Internacional pode ter um papel muito significativo na promoção internacional da língua, da cultura e da economia portuguesas.

Adiantou, também, que tem de haver uma maior relação com a universidade, com uma massa crítica fundamental; que a RTP tem de ir ao encontro do público jovem que está a desaparecer da televisão e apostar no mundo digital; que o Arquivo, se funcionar como deve ser, pode ser uma excelente fonte de receita; que não é preciso mais dinheiro para fazer programas com qualidade e para ter um bom serviço público; que gostaria de colaborar pela positiva, conseguindo encontrar soluções, ver todos a trabalhar no mesmo sentido, olhando para a televisão e a rádio com um todo, e não dispersando sinergias; que a RTP2 tem de ser um canal exemplar,

dando espaço aos criadores, à nova economia, aos jovens, aos novos agricultores, sendo o canal mais educativo; que há que promover as associações de ouvintes e de espectadores para ouvir o pulsar da opinião pública e para que a televisão seja audível e perceptível por todos; que um utilizador de eletricidade em Portugal tem de pagar emissões que não vê já que cada um tem a obrigação de contribuir como cidadão nacional para a imagem internacional do País.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente deu por terminada à audição às 11 horas e 50 minutos.

A presente audição foi gravada, existindo o seu registo vídeo disponível para consulta em <http://www.canal.parlamento.pt/>, razão pela qual não se faz o seu desenvolvimento nesta sede.

Pelas 12 horas e 5 minutos o Senhor Presidente deu início à audição de Manuel Joaquim da Silva Pinto, membro indigitado para o Conselho Geral Independente (CGI) da Rádio e Televisão de Portugal, SA, que prescindiu de fazer uma intervenção inicial.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Carla Cruz (PCP), Cecília Honório (BE), Lídia Bulcão (PSD), Pedro Delgado Alves (PS) e Raúl de Almeida (CDS-PP).

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) começou por sublinhar a posição do Grupo Parlamentar do PCP em relação à criação do CGI e ao novo modelo de financiamento da RTP *versus* a independência do serviço público de rádio e de televisão; disse que, quer os relatórios de contas entretanto tornados públicos, quer as declarações do Conselho de Opinião e do próprio Presidente do Conselho de Administração, evidenciam que a situação económica da RTP é muito grave; de seguida, perguntou a Manuel da Silva Pinto como avalia, quer a situação atual da empresa e o seu modo de financiamento, quer o serviço público de rádio e de televisão que estava a ser implementado quer o novo contrato de concessão, designadamente a diminuição da produção própria da empresa.

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) começou por perguntar a Manuel da Silva Pinto quais eram as suas expectativas em relação ao CGI; se a articulação prevista na lei entre o CGI e o próprio Conselho de Administração era a ajustada para a consecução da desgovernamentalização; se o modelo de governação em causa era o mais adequado à nossa realidade; e qual a forma mais eficaz e eficiente de proceder à avaliação do projeto estratégico.

A Senhora Deputada Lídia Bulcão (PSD) questionou Manuel da Silva Pinto sobre a sua visão acerca do serviço público de rádio e de televisão; as funções que vai exercer; o modelo de governação da RTP; a estratégia a seguir para a RTP Internacional, que visa servir a extensa comunidade portuguesa espalhada pela diáspora e também levar um outro olhar sobre Portugal para o mundo; os centros regionais da RTP e a necessidade de descentralizar a informação e a programação, bem como dar mais destaque à informação regional; o futuro dos Centros Regionais dos Açores e da Madeira, onde há muito se espera por um novo modelo de funcionamento e financiamento que lhes conceda mais autonomia financeira e administrativa; que o Governo Regional dos Açores já apresentou três propostas de modelo ao Ministro da tutela, que reconheceu, numa audição na 12.ª Comissão, que assim que o novo CGI entrar em funções herdará essa nobre tarefa de definir o futuro destes dois centros.

O Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) começou por dizer que o grande desafio que espera os membros do CGI é o da articulação entre os diferentes órgãos da empresa, que uma das suas maiores missões vai ser a de encontrar o papel a desempenhar por cada um e daí o risco de poder haver uma maior desresponsabilização; perguntou a Manuel da Silva Pinto como encarava os poderes de que o CGI vai dispor, nomeadamente a definição das linhas estratégicas, tendo também sublinhado que o principal problema tem a ver com o financiamento da RTP, já que os recursos humanos e financeiros ao dispor da empresa podem ser insuficientes para o desempenho das tarefas e para o cumprimento do serviço público; que diagnóstico faz e qual a principal dificuldade que poderá encontrar no momento em que assumir funções, qual poderá ser a mudança de paradigma; finalmente, pediu para se pronunciar sobre o pluralismo, quer no plano da oferta da programação quer no plano da informação nas linhas estratégicas do plano a elaborar;

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) referiu-se aos desafios do operador perante os diferentes segmentos da população portuguesa, quer em função da idade, quer em função da forma como consome televisão e rádio, quer em função da forma como se posiciona e como o serviço público deverá chegar até ela numa atitude de informação e de formação; disse também que o CGI será uma maneira de desgovernamentalização, um garante da independência e da consolidação da democracia no operador e no País; perguntou, de seguida, a Manuel da Silva Pinto como é que o CGI se articulará com os outros órgãos, o que pensa da relação prescrita na lei, de diálogo permanente e de cooperação com a Assembleia da República, e do financiamento através da CAV, das receitas da publicidade e de outras receitas que o operador possa gerar com uma boa gestão e inovação.

Manuel da Silva Pinto respondeu individualmente a cada Grupo Parlamentar, no seguimento das respetivas intervenções, tendo referido que a RTP tem de prestar um serviço público em que estejam mais presentes e envolvidos os cidadãos, não podendo estar à margem da realidade; que é necessário definir aquilo que se entende por absolutamente mínimo em termos de financiamento para a prestação do serviço público e tentar contabilizar quanto é necessário para dar cumprimento àquilo que é requerido pela missão que é atribuída ao serviço público; que o CGI não tem de ser um executante daquilo que for decidido e que tem de haver um diálogo permanente com todos os outros órgãos, tornando-se necessário definir aquilo que cada um faz para que não haja repetição de esforços; que nos primeiros tempos o CGI vai ter de ouvir as vozes da empresa e as pessoas que têm conhecimento do que se passa para que se possa radiografar a situação e dar orientações para a definição de um plano estratégico; que um dos grandes desafios que enfrentará o CGI tem a ver com o próprio modelo de avaliação.

Mais acrescentou que este órgão terá de encontrar, não necessariamente sozinho, mas com contributos de outras instituições, de outros órgãos e de outras experiências de serviço público existentes em outros países, os parâmetros que permitam avaliar com objetividade e transparência o serviço público prestado, parâmetros esses que não podem ser apenas de natureza qualitativa, tendo também de introduzir a dimensão técnica, as exigências da linguagem televisiva e aquilo que a lei estabelece como metas para que, de alguma forma, se possa fazer uma avaliação, não apenas anual, mas também intercalar, de seis em seis meses; que é necessário não esquecer as regiões autónomas e apostar num maior envolvimento com os cidadãos, até para permitir uma maior circulação da informação; que a literacia mediática, um dos objetivos do contrato de serviço público, mas que depois não é muito operacionalizada, é um caminho muito rico para envolver os cidadãos e para os fazer assumir a responsabilidade dos seus direitos e deveres face ao operador público; que é necessário existir um quadro de permanente diálogo com a Assembleia da República, particularmente com a 12.<sup>a</sup> Comissão; que um dos grandes desafios com que o operador público vai ter de se confrontar tem a ver com o crescente envelhecimento das audiências da rádio e da televisão, tornando-se necessário delinear uma estratégia que inverta esta tendência e que aposte também no digital.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Vice-Presidente Jacinto Serrão, que entretanto assumira a presidência da Comissão, deu por terminada a audição eram 13 horas.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

---

A presente audição foi gravada, existindo o seu registo vídeo disponível para consulta em <http://www.canal.parlamento.pt/>, razão pela qual não se faz o seu desenvolvimento nesta sede.

Entrando no segundo ponto da Ordem do Dia, em relação à designação de dois representantes da 12.<sup>a</sup> Comissão para participar nos trabalhos de um painel do Fórum da Juventude Europa-Lusofonia, a Comissão solicitou aos serviços de apoio a feitura de uma grelha de rotatividade dos grupos parlamentares, respeitante quer a deslocações quer à representação da Comissão, a ser entregue na semana seguinte.

Por último, foram aprovadas por unanimidade, as Atas n.ºs 177, 178, 184, 185 e 186/XII (3.<sup>a</sup>).

As Atas n.ºs 179, 180 e 182/XII (3.<sup>a</sup>) foram aprovadas por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do BE.

A Ata n.º 181/XII (3.<sup>a</sup>) foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do PCP.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e encontra-se disponível em [http://srvvideo3/site/XIILEG/3SL/COM/12-CPECC/CpECC\\_20140625\\_1.mp3](http://srvvideo3/site/XIILEG/3SL/COM/12-CPECC/CpECC_20140625_1.mp3), razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião terminou às 13 horas e 20 minutos.

Palácio de São Bento, 3 de setembro de 2014

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

**(MENDES BOTA)**



### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa  
André Pardal  
Carla Cruz  
Cecília Honório  
Inês de Medeiros  
Isabel Oneto  
Jacinto Serrão  
Lídia Bulcão  
Maria da Conceição Caldeira  
Mendes Bota  
Mónica Ferro  
Paula Gonçalves  
Pedro Delgado Alves  
Raúl de Almeida  
Sandra Pontedeira  
Sérgio Azevedo  
João Lobo  
Nuno Encarnação  
Teresa Costa Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Portugal  
Paulo Almeida  
Rosa Arezes

*A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 26/11/2014.*



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

---